

Superávit do governo central sobe a R\$ 5,53 bi em junho

No semestre, saldo foi de R\$ 34,18 bilhões, equivalente a 4,26% do PIB

Simone Cavalcanti/InvestNews
de Brasília

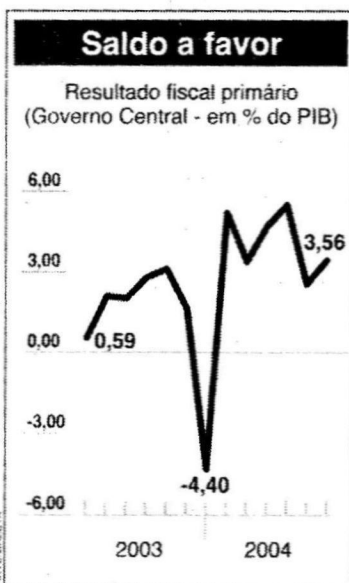
O governo central, formado pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, apresentou resultado primário de R\$ 5,53 bilhões em junho, ante R\$ 3,72 bilhões em maio. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 7,15 bilhões no mês passado ante R\$ 5,56 bilhões em maio. Em junho, a Previdência Social apurou déficit de R\$ 1,59 bilhão ante R\$ 1,81 bilhão em maio. Sob a mesma base de comparação, o Banco Central registrou déficit de R\$ 27 milhões, ante resultado negativo de R\$ 26,1 milhões em maio.

De janeiro a junho, as contas do governo central foram superavitárias em R\$ 34,18 bilhões — 4,26% do Produto Interno Bruto (PIB) —, resultado superior aos R\$ 29,29 bilhões (4,05% do PIB) apurados em igual período do ano passado. O desempenho semestral das contas do governo está dentro da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O superávit primário de R\$ 5,53 bilhões do governo central resultou do aumento de receitas no período. De acordo com o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, esse desempenho reflete o maior dinamismo da atividade econômica e também os efeitos de medidas adotadas no segundo semestre do ano passado. Ele, porém, não quis dar ênfase ao aumento de receitas provenientes da alíquota de 7,6% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e à entrada em vigor da cobrança do tributo nas importações.

Resultado não vai se manter

No total, as receitas do Tesouro chegaram a R\$ 25,62 bilhões. A nota do Tesouro Nacional frisa que parte desta elevação de arrecadação deve-se à antecipação de tributos. Por este motivo, tal resultado pode não se repetir nos próximos meses. No acumulado do primeiro semestre, o resultado primário de R\$ 34,18 bilhões ficou acima da meta estabelecida até agosto pela Lei de



Diretrizes Orçamentárias (LDO). Somente o governo central acumula um superávit de 4,26% do PIB, percentual superior à meta para todo o setor público consolidado (União, estados, municípios e estaduais) para 2004. Apesar disso, o secretário Levy adiantou que o governo não deve fazer um esforço fiscal maior que os 4,25% previsto para este ano.

REGISTRO

Aposentados renunciam correção

A maioria dos aposentados de São Paulo está renunciando receber o valor que ultrapassa o limite dos 60 salários mínimos ou R\$ 15.600,00, fixados pela medida provisória sobre as correções das perdas relativas ao período de 1994 a 1997. Essas perdas ocorreram por conta da Unidade Real de Valor (URV), implantada no lançamento do Plano Real. A informação é do presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, João Batista Inocentini. Segundo ele, mesmo os aposentados que teriam direito a receber quantias bem superiores aos sessenta salários mínimos estão optando por aderir à MP.

Levy negou que exista possibilidades de o governo renegociar a dívida pública. "Não há necessidade, não está nos planos do governo, não há perspectivas ou razões para fazer isto", assegurou. A negativa foi feita diante de uma possibilidade levantada pelo ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em entrevista publicada na revista **Primeira Leitura**.

Levy ressaltou que o custo de emissão de títulos, principalmente os corrigidos pela inflação, está abaixo de 8%. Em 1999, segundo ele, o cupom era de 13% e passou para 11%. Dados que mostram que o Tesouro Nacional não enfrenta dificuldade para rolar a sua dívida. "O compromisso de servir a dívida pública é convicção do governo."

Em junho, o percentual de execução do orçamento foi de 96,7% para os ministérios da área social (Saúde, Educação, Previdência e Desenvolvimento Social), um aumento de 3,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano passado. Para os demais ministérios, o nível de execução ficou em 73,9% (69,9% em junho de 2003).

R\$ 5 bilhões de restos a pagar

Levy ressaltou que entre janeiro e junho, o governo federal pagou R\$ 5 bilhões de restos a pagar do orçamento do ano passado. No mesmo período de 2003, o pagamento foi de R\$ 3,2 bilhões (42,3% do total). Segundo o secretário, ainda há cerca de R\$ 4 bilhões a serem pagos.

Sem dar detalhes, ele afirmou que as conversas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) devem permitir identificar as necessidades e as possibilidades de investimentos, principalmente os que tenham retorno econômico e fiscal. A preocupação com o retorno dos investimentos está atrelada à trajetória da relação dívida pública/PIB. Levy destacou que se for para ter impacto na dívida, que seja positivo. Segundo ele, no longo prazo um investimento feito que gere receitas no futuro acaba compensando esta relação.